

CÃ³digo do trabalho sob chuva de crÃ¡ticas

18-Sep-2008

Espera-se esta quinta-feira um debate agitado no parlamento sobre a revisÃ£o do cÃ³digo do trabalho. Os partidos Ã esquerda do PS acusam o governo de fazer o jogo dos patrÃ¶es e diversos especialistas ouvidos pela AgÃªncia Lusa confirmam o carÃ¡cter nefasto do diploma para os trabalhadores, que ficarÃ£o mais desprotegidos e com "menos vida". E cresce a contestaÃ§Ã£o ao governo com a greve da funÃ§Ã£o pÃºblica a 1 de Outubro, que se junta ao protesto da CGTP.

No parlamento serÃ£o apresentadas dezenas de propostas de alteraÃ§Ã£o, principalmente por PCP e BE, Ã proposta do governo de revisÃ£o do cÃ³digo do trabalho. O Bloco vai retomar muitas das propostas que o partido socialista defendeu quando era oposiÃ§Ã£o ao governo Barroso/BagÃ£o FÃ©lix, nomeadamente a limitaÃ§Ã£o a um ano dos contratos a termo, a reduÃ§Ã£o do horÃ¡rio para 35 horas e o fim da caducidade das contrataÃ§Ãµes colectivas. A deputada Mariana Aiveca considera que este cÃ³digo do trabalho vem facilitar os despedimentos e torna os trabalhadores refÃ©ns das arbitrariedades dos patrÃ¶es ao nÃvel dos horÃ¡rios de trabalho.

A somar Ã s crÃ¡ticas da esquerda parlamentar e da CGTP, vÃ¡rios especialistas ouvidos pela AgÃªncia Lusa censuram a proposta do governo, acusando-a de enfraquecer os direitos dos trabalhadores. O professor de Direito laboral na Universidade de Coimbra, Jorge Leite, denuncia o alargamento do perÃodo de experiÃªncia para seis meses o que "viola a estabilidade de emprego", ficando um "empregador com mais vantagem em ter um trabalhador Ã experiÃªncia do que um com contrato a termo". E acrescenta que este cÃ³digo "agrava em muito a adaptabilidade, que Ã© excessiva, afectando a disponibilidade dos trabalhadores e a sua vida". Quanto ao combate Ã precariedade do trabalho, "uma das bandeiras desta proposta", Jorge Leite refere que "hÃ¡ algumas medidas que vÃ£o nesse sentido", mas "o essencial mantÃ©m-se" e os exemplos passam pela existÃªncia, no prÃ³prio Estado, pela figura de 'outsourcing', ou seja, "adquire-se um serviÃ§o em vez de um trabalhador, o que Ã© uma simulaÃ§Ã£o fraudulenta".

Para o professor universitÃ¡rio e ex-membro da ComissÃ£o para o Livro Branco, AntÃ³nio Casimiro Ferreira, esta reforma "nÃ£o promove a negociaÃ§Ã£o colectiva", assistindo-se ao acentuar do individualismo no contrato de trabalho o que vai "precarizar ainda mais o movimento sindical". Por isso, para Casimiro Ferreira, este Ã© um CÃ³digo de Trabalho "favorÃ¡vel a empresas cuja actividade assenta em mÃ£o-de-obra pouco qualificada", sublinhando que "as boas empresas nÃ£o precisam deste CÃ³digo".

Entretanto, tambÃ©m os sindicatos da FunÃ§Ã£o PÃºblica, afectos Ã CGTP, decidiram aumentar a contestaÃ§Ã£o Ã s propostas do governo marcando uma greve nacional para o dia 1 de Outubro, juntando-se assim ao protesto da CGTP, que "serÃ¡ um dia de grande agitaÃ§Ã£o e participaÃ§Ã£o dos portugueses em defesa dos seus direitos e contra o CÃ³digo de Trabalho", sublinhou Ana Avoila.

A sindicalista sublinha que "a greve de 24 horas visa mostrar ao Governo que os trabalhadores nãŁo estãŁo dispostos a aguentar mais. A administraãŁo pãºblica faz parte do paã-s e o executivo continua a ter uma atitude autista, sem dar resposta à s reivindicaãŁµes dos trabalhadores".

Os enfermeiros comeãŁam a greve um dia mais cedo, a 30 de Setembro, e prolongam-na atã© ao dia 1 de Outubro.

Para esta sexta-feira estãŁ tambã©m marcado um plenãrio de trabalhadores da funãŁo pãºblica no Rossio, deslocando-se posteriormente os trabalhadores para o Ministãrio das FinanãÇas.